

# Governo dá ‘tudo’ pelo hidrógeno

João Amaral Santos

joao.santos@sol.pt

O acordo entre Portugal e Países Baixos ‘abre portas’ à candidatura ao IPCEI para o hidrogénio verde. Governo ignora críticas e anuncia mais 900 milhões de apoios aos investidores.

O Governo deu mais um passo rumo à concretização do projeto para a produção e exportação de hidrogénio verde em Portugal, com a assinatura do (há muito anunciado) memorando de entendimento com os Países Baixos.

O acordo era visto pelo Executivo de António Costa como a ‘chave’ para o arranque efetivo do projeto, uma vez que vai permitir a candidatura portuguesa ao financiamento através do Projeto Importante de Interesse Europeu Comum (IPCEI na sigla inglesa) para o hidrogénio – que, segundo as regras comunitárias, terá sempre de ser concretizada por pelo menos dois Estados-membros. A assinatura surgiu horas depois de a Comissão Europeia ‘chubar’ a estratégia holandesa para a produção de hidrogénio naquele país (uma vez que a eletricidade nos Países Baixos ainda é produzida, principalmente, a partir de gás natural e carvão, Bruxelas defende que a produção de hidrogénio verde no país apenas aumentaria as emissões de carbono).

Ao *SOL*, fonte do Ministério do Ambiente defendeu que esta decisão beneficia Portugal e até pode ter acelerado o acordo: «Se, antes da decisão da Comissão, os Países Baixos já reconheçam que precisavam de importar hidrogénio verde de Portugal, após a decisão da Comissão terão de importar ainda mais, porque os seus planos de apoio à produção interna não foram considerados viáveis».

Em comunicado, o Governo explicou que «o memorando prevê o desenvolvimento de uma cadeia de valor estratégica de exportação-importação, garantindo a produção e o transporte de hidrogénio verde de Portugal para os Países Baixos e o seu *hinterland*, através dos portos de Sines e de Roterdão».

Recorde-se que o Governo está convencido de que o hidrogénio verde será o combustível do futu-

ro e pretende colocar Portugal na vanguarda da produção e exportação. A denominada Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2) – também defendida no plano de recuperação do consultor do Governo António Costa Silva – prevê ‘alimentar’ o país, fazendo chegar a energia, por mar, até aos Países Baixos e à região do Vale do Ruhr, na Alemanha.

A convicção do Governo no hidrogénio verde é tal que o Executivo de António Costa está na disposição de ‘abrir os cordões à bolsa’. Face aos elevados custos de produção do hidrogénio verde – dependente de fontes de energia renováveis (solar, fotovoltaica e eólica) –, em comparação com o gás natural, o Governo anunciou ter disponíveis 900 milhões de euros em apoios públicos ao investimento e à produção, pelo menos, até 2030. O Estado vai assim ajudar os novos projetos com 400 a 450 milhões de euros provenientes do Portugal 2020 e do Portugal 2030 e mais 500 a 550 milhões através do Fundo Ambiental, compensando os privados.

Mas o investimento do Estado poderá até ser maior, pois, segundo a EN-H2, apenas em 2035 esta tecnologia se tornará competitiva no mercado (na sequência do previsível aumento do preço do gás natural, pelo agravamento dos preços do carbono). Segundo este documento, o quilo do hidrogénio verde custa mais de três euros (entre os 2,5 e os 5,5 euros, diz a Comissão Europeia), enquanto o do gás natural se situa na ordem dos 50 centimos. Perante esta

**Por quanto vai vender o país o hidrogénio verde? ‘Avaliação ainda decorre’, diz o Governo**



O Governo escalou novo degrau para produzir hidrogénio para exportação a partir de 2021

(enorme) diferença, o Executivo adianta que é necessário «criar as bases para estimular a procura, e não simplesmente aguardar que esta ocorra». Fica, todavia, por saber, quanto vão pagar pelo hidrogénio português os países importadores. Ao *SOL*, fonte do Ministério do Ambiente diz que «essa avaliação ainda decorre, numa lógica de otimização técnico/económica». E mais não adianta. Caso os Países Baixos e a Alemanha procurem adquiri-lo a preços próximos do gás natural, isso significaria que seria o Estado a custear, na prática, parte da descarbonização dos países compradores, pelo menos até 2030.

**Pedro Nunes: o ‘mesmo drama’ do Governo Sócrates/Pinho**

São precisamente estas contas, ainda por esclarecer, que têm motivado as críticas à estratégia do hidrogénio verde, vindas de vários quadrantes e personalidades (e que já deram forma a um manifesto).

Uma das vozes mais ativas contra o plano é a de Clemente Pedro Nunes. O professor do Instituto Superior Técnico já mereceu, inclusive, uma resposta enraivecida nas redes sociais do secretário de Estado da Energia, João Ga-

lamba, que adjectivou Pedro Nunes de «aldrabão encartado», na sequência de uma entrevista do engenheiro e académico.

Ao *SOL*, Clemente Pedro Nunes voltou a lançar duras críticas às opções do Governo, dizendo que «a questão do hidrogénio verde é o mesmo drama que começou com a estratégia da energia iniciada pelo Governo de José Sócrates e Manuel Pinho». «O dinheiro desperdiçado em coisas que não se conhecem começou em 2005 com as *feed-in tariffs* (FIT) – tarifas atribuídas aos investidores que apostam nas potências elétricas intermitentes (como são as renováveis fotovoltaica e eólica) –, às quais os portugueses estão agora ‘agarrados’», afirma. «Estes apoios expulsam do mercado todos os concorrentes, mesmo os que vendem eletricidade a preços muito mais baixos, o que contribui para que Portugal tenha uma das eletricidades mais altas da Europa, para além de uma dívida tarifária de 3 mil milhões de euros, suportada pelos consumidores. Aliás, por causa disto, as famílias e as empresas portuguesas estão, neste momento, a pagar 600 milhões de euros de sobrecustos todos os anos», afirma.

O professor do Técnico não tem dúvidas que a EN-H2 «é mais do mesmo», tanto nos custos, como nos ganhos. «A central de Sines, que é a maior e mais eficiente da Península Ibérica, poderia permitir vender eletricidade a preços muito baixos para os consumidores, no entanto, vai encerrar, pois as FIT das potências intermitentes retiram-lhe competitividade», explica. «Se o Governo quisesse, de facto, resolver o problema, teria de fazer estudos, ao invés de optar por uma estratégia que tem metas obrigatórias, o que significa que o Estado terá de pagar o que for preciso para lá chegar, mas que depois vai dar dinheiro a ganhar e subsídios às entidades que investirem. Agora, quais são as contas, quanto custa realmente, ou quanto ganha o país, isso ainda ninguém sabe», conclui.

Recorde-se que a EN-H2 estima investimentos privados na ordem dos 7 mil milhões e ainda a criação de até 12 mil novos empregos, diretos e indiretos. O calendário do Governo prevê que deverá ser lançado no próximo ano o primeiro leilão para a produção de hidrogénio verde em Portugal. A produção poderá começar no final de 2021 ou início de 2022.